



ANIMAIS

Comissão deverá investigar maus tratos | 5



VIDEOCHAT

Relator discute marco da internet | 7



Proposta que controla venda de antibióticos vai a sanção

Foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça proposta que, na prática, torna lei a necessidade de retenção da receita médica de antibióticos, imposta pela Vigilância Sanitária desde 2010. | 3

Novas regras para telefonia devem ser apresentadas até o dia 30

Grupo de Trabalho composto por deputados de duas comissões elabora as sugestões. Texto final deverá ser votado em novembro pelo grupo e, só depois, as propostas começarão a tramitar na Câmara. | 4

Deputados reagem ao fim de subcomissão sobre minorias

Presidência da Câmara anunciou fim da subcomissão com base no Regimento Interno e sob argumento de que assuntos discutidos pelo órgão já eram tratados por comissões permanentes da Casa. | 5

Plenário poderá votar piso salarial de agentes de saúde

Projeto deve ser votado amanhã; líderes reúnem-se hoje para definir pauta da semana | 3

Roosevelt Pinheiro/ABr



Agente de saúde do DF faz vistoria para eliminar focos do mosquito da dengue



LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

Cerca elétrica: mais rigor em instalação

Texto aprovado em comissão cria normas mais rígidas e prevê multas a quem não respeitá-las | 6

EXPOSIÇÃO | Serão distribuídas publicações e exibidos vídeos sobre esporte e saúde

Câmara participa da Semana de Ciência e Tecnologia com estande

A Câmara dos Deputados participa, de hoje a domingo, da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2013, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília. Organizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia desde 2004, a semana promove atividades de divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos.

O tema deste ano, "Ciência, saúde e esporte", tem origem nos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil, como a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Entre as atividades previstas no estande da Câmara, está a realização de um videochat (ver página 7) com o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), relator do projeto de lei do chamado marco civil da internet, a distribuição gratuita de publicações – como



Zeca Ribeiro

Crianças visitam o estande da Câmara, na exposição realizada no Parque da Cidade

a obra "Brasil pós- Copa 2014", da Comissão de Turismo e Desporto, e a exibição de vídeos sobre o tema Esporte e Saúde.

Câmara Mirim - Ontem, os três alunos que tiveram seus projetos escolhidos para o programa Câ-

mara Mirim, que acontece hoje, visitaram a exposição. Ana Clara Paim, de Belo Horizonte, destacou que a exposição "é um momento em que alunos de várias idades podem entrar em contato com a produção científica".

AGENDA

TERÇA-FEIRA
22 de outubro de 2013

Câmara Mirim

Estudantes participam do Câmara Mirim, com discussão e votação de projetos. Plenário Ulysses Guimarães, 10h

Obesidade infantil

A Comissão de Seguridade Social e Família discute obesidade infantil e seus efeitos. Auditório Freitas Nobre, 14h

Documentos de veículos

As comissões de Segurança Pública; e de Viação e Transportes promovem palestra sobre melhoria da segurança em processos de documentos de veículos. Plenário 11, 10h

Advogados públicos

A Comissão Especial sobre Remune-

ração de Advogados Públicos analisa o parecer do relator, Mauro Benevides (PMDB-CE). Local a definir, 15h

Mineradora Vale

As comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Finanças e Tributação reúnem-se para obter esclarecimentos sobre denúncias contra a mineradora Vale. Plenário 04, 14h30

Conferências do clima

A Comissão de Relações Exteriores ouve o embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, negociador brasileiro nas conferências do clima. Local a definir, 14h30

TV digital

A Comissão de Ciência e Tecnologia, debate a implantação do cronograma de transição da TV analógica para a digital. É convidado o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Plenário 13, 14h30

Dislexia e TDAH

Audiência da Comissão de Educação sobre educação da pessoa com dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Plenário 14, 14h30

Ministério do Trabalho

As comissões de Fiscalização Financeira; e de Trabalho debatem transparência nos convênios do Ministério do Trabalho. É convidado o ministro Manoel Dias. Plenário 12, 14h30

Brasil de Fato

Seminário da Comissão de Cultura homenageia os 10 anos do jornal "Brasil de Fato". Plenário 10, 14h30

E-commerce

A Comissão Especial do ICMS e Comércio Eletrônico debate o tema com representantes do Confaz. Plenário 16, 14h30

SESSÃO SUSPENSAS

Homenagem ao ex-deputado Homero Pereira

A sessão deliberativa de ontem do Plenário foi suspensa em homenagem ao ex-deputado Homero Pereira (PSD-MT), que morreu no último sábado, vítima de câncer no estômago. Ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Pereira lutava contra a doença desde o início do ano. No mês passado, ele renunciou ao mandato de deputado federal e se aposentou por invalidez, para se dedicar ao tratamento.

Produtor rural e técnico agropecuário, Homero Pereira ingressou na política após presidir a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso. Foi eleito deputado federal pela primeira vez em 2006.

Demarcações de terras - Uma das últimas lutas do parlamentar foi pela aprovação da polêmica PEC 215, que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação de terras indígenas. Homero Pereira acreditava que a medida corrigiria um erro atual do processo de demarcação.

No governo de Mato Grosso, Homero Pereira também ocupou o cargo de secretário estadual de Desenvolvimento Rural.



Beto Oliveira

Homero Pereira: luta pela agropecuária



LEIA AGENDA
COMPLETA
NO CELULAR

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1ª Vice-Presidente
Andre Vargas (PT-PR)

2ª Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)



selo verde

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Juliano Machado Pires

VOTAÇÕES | Pauta será definida em reunião de líderes esta tarde; também está prevista a análise do novo CPC

Piso dos agentes de saúde pode ir a voto

O projeto que estabelece um piso nacional para os agentes comunitários de saúde (PL 7495/06, do Senado) e reajustes anuais é o destaque de amanhã no Plenário. Hoje os deputados podem analisar o novo Código de Processo Civil (CPC) e continuar a votação do projeto de minirreforma eleitoral (PL 6397/13) em sessões extraordinárias.

O texto aprovado pela comissão especial para o salário dos agentes de saúde prevê reajustes anuais de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e aumento real durante três anos com base na variação do Produto Interno Bruto (PIB).

O valor do piso ainda não foi definido pelos deputados. O piso atual, estabelecido por uma portaria do Ministério da Saúde, é de R\$ 950. Os agentes, no entanto, querem R\$ 1.200.

De autoria do deputado Domingos Dutra (SDD-MA), o substitutivo da comissão prevê um repasse adicional do governo federal para estados, Distrito Federal e municípios com o objetivo de fortalecer as políticas relacionadas à ação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O percentual varia de 5% a 15% do valor repassado para pagamento dos salários desses agentes.

Atualmente, o País conta com cerca de 32 mil equipes de Saúde da Família atuando em 5.288 municípios. Os agentes fazem parte dessas equipes.

Minirreforma - Na sessão ordinária de hoje, o Plenário deve votar a Medida Provisória 622/13, que abre crédito extraordinário de R\$ 380 milhões para pagar a subvenção econômica à indústria de etanol combustível da Região Nordeste, referente à safra 2011/2012.

Após liberada a pauta, os deputados podem continuar a votar os destaques apresentados ao Projeto de Lei 6397/13, do Senado, que faz uma minirreforma eleitoral na legislação para diminuir custos de campanha e mudar procedimentos de prestação de contas dos candidatos e partidos.

Um dos destaques a serem votados é o do PT, que pretende manter na legislação a permissão para propaganda eleitoral em bens particulares, com a fixação de cartazes, faixas, pinturas e outros materiais.

Segundo o texto do relator pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a propaganda em bens particulares será proibida.

Processo civil - Mesmo que a MP 622 não seja analisada, o Plenário



JBatista

Em reunião com agentes de saúde, Henrique Alves comprometeu-se a votar o texto

pode votar, em sessões extraordinárias, o texto do novo Código de Processo Civil (PL 8046/10, apensado ao PL 6025/05).

Entre outras medidas, o relatório do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) cria um procedimento que vai permitir a aplicação de decisão única a várias ações individuais sobre o mesmo tema, o chamado incidente de resolução de demandas repetitivas. Isso vai permitir, por exemplo, uma análise mais rápida de ações sobre planos econômicos, e daquelas que questio-

nem os contratos com empresas de telefonia, água e esgoto, os chamados contratos de adesão.

Irrigação - Também está prevista a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 368/09, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que prorroga por mais 15 anos a aplicação de percentuais mínimos dos recursos para irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste (20% e 50%, respectivamente). Metade do dinheiro deverá ser aplicada em projetos que beneficiem agricultores familiares.

MEDICAMENTOS

Aprovado controle do comércio de antibióticos

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, em caráter conclusivo, proposta que controla a venda de antibióticos. O texto aprovado é o substitutivo do Senado ao PL 6492/06, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN). A matéria seguirá para sanção presidencial, exceto se houver recurso para que seja analisada em Plenário.

Na prática, a proposta torna lei as regras para venda de antibióticos já impostas pela Anvisa desde 2010: os medicamentos só podem ser vendidos com retenção de receita.

Automedicação - A relatora, deputada Luiza Erundina (PSB-SP), lembrou os malefícios do abuso de antibióticos, como o alastramento de bactérias resistentes, e destacou que a automedicação tem sido apontada como causa desse processo.

“O uso irracional de antimicrobianos tem sido responsável por um número crescente de intoxicações e, principalmente, pelo fenômeno da resistência bacteriana”, afirmou Luiz Erundina.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | Projetos serão escolhidos por banca integrada por governo e sociedade

Regras para parcerias com entidades privadas

Foram aprovadas pela Comissão de Finanças e Tributação propostas que regulamentam a parceria do poder público com entidades privadas sem fins lucrativos. De acordo com o texto aprovado, a contratação de tais organizações ocorrerá por meio de chamada pública, e a escolha dos projetos será feita por uma banca, integrada por igual número de representantes do governo e da sociedade civil.

O relator, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), votou pela aprovação do PL 3877/04, do Senado, dos 21 projetos em análise conjunta e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família. Ele observou que todos os textos, que tratam do mesmo tema, não implicam aumento de gasto ou queda de receita da União.

No substitutivo, o relator da Comissão de Seguridade, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), sintetizou o conteúdo da maioria dos projetos em análise comum. Foi excluída do texto a criação do cadastro nacional de organizações não governamentais, prevista no projeto inicial do Senado e na maioria dos apensados.

Prestação de contas - O texto apro-



Alexandra Martins

O relator, Arnaldo Jardim: proposta não causa aumento de gasto ou queda de receita

vado prevê que, sempre que receberem verbas públicas, as entidades sem fins lucrativos deverão prestar contas ao final dos contratos. Devem ser publicados na internet e ficar na sede da instituição para consulta tanto o andamento das atividades quanto o detalhamento da aplicação dos recursos. Caso haja gastos não previstos, devem ser justificados.

Caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) fixar valor a partir do qual os contratos deverão ser obrigatoriamente auditados. Os órgãos de controle também terão que elaborar e executar plano de fiscalização desses termos anualmente.

Tramitação - As propostas serão analisadas, em regime de prioridade, pela CCJ, e depois pelo Plenário.

TELECOMUNICAÇÕES | Proposta proíbe a cobrança de roaming nacional em alguns casos

Marco legal de telefonia deve ficar pronto na semana que vem

Uma nova proposta de marco legal para a telefonia deverá ser apresentada no dia 30 pelo Grupo de Trabalho (GT) de Telefonia da Câmara dos Deputados, integrado por parlamentares das comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. A atual Lei Geral de Telecomunicações (LGT – Lei 9.472/97) é de 1997.

O presidente e o relator do GT, deputados Edinho Bez (PMDB-SC) e Jerônimo Goergen (PP-RS), se reuniram na última quarta-feira (16) com o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, para discutir as propostas para o marco regulatório.

“O debate continuará a ser feito e a aprovação final ainda vai depender de muita conversa.”

Jerônimo Goergen

A apresentação formal do marco, que sugere três projetos de lei e um projeto de lei complementar, estava prevista para amanhã (23), mas na reunião o governo pediu mais prazo para propor ajustes.

Votação - Edinho Bez ressalta que sua intenção é votar o novo texto no grupo de trabalho até o dia 2 de novembro. Em seguida, os projetos serão protocolados na Câmara e come-



Projeto acaba com contribuição a fundos se governo não provar bom uso da verba

çarão a tramitar.

Bez quer apresentar os resultados do trabalho do grupo ao presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, para tentar chegar a um consenso em torno das propostas.

O relator, Jerônimo Goergen, explicou que tenta aparar o máximo de arestas e diminuir a resistência às propostas, antes mesmo de serem protocoladas. “Jamais se chegará a um pleno consenso, mas há um bom ambiente de diálogo, tanto com o governo quanto com as operadoras”, disse. “São pontos muito reduzidos de confronto. Ao longo do trâmite dos projetos, o debate continuará a

ser feito e a aprovação final ainda vai depender de muita conversa.”

Segundo Goergen, o foco das propostas é fazer com que o cidadão pague menos por serviços de telecomunicações de mais qualidade.

Assinatura - Na primeira versão do relatório, Goergen incluiu quatro projetos. O primeiro prevê o fim da cobrança da assinatura básica de telefonia. Porém, segundo o relator, esse projeto poderá ser alterado, “transformando o valor pago em uso”. Outro projeto obriga as operadoras de telefonia fixa a oferecer ao menos um plano de serviço que não inclua um valor fixo mensal.

Cobertura em lugares distantes e divisão das antenas

Uma terceira proposta apresentada pelos deputados do Grupo de Trabalho de Telefonia obriga a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a exigir cobertura de 100% da área urbana e rural nas novas licitações para serviços móveis. O objetivo é garantir cobertura em lugares remotos.

Com o intuito de baixar os preços para os consumidores, o projeto proíbe ainda a cobrança do roaming nacional e o adicional de deslocamento para ligações que iniciem e terminem em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Para Jerônimo Goergen, esse ponto poderá enfrentar mais resistência por parte das operadoras.

Sinal - O texto também altera a Lei Geral de Telecomunicações (9.472/97) para obrigar as operadoras de telecomunicações a compartilhar



Jerônimo Goergen prevê votação dia 2

antenas e torres de transmissão em todo o País, de acordo com critérios estabelecidos pela Anatel. A ideia é melhorar a qualidade do sinal.

Ainda com o objetivo de ampliar a infraestrutura de telecomunicações, a proposta determina que a

construção, a ampliação e a reforma de edifícios públicos e privados com mais de quatro pavimentos deverão ser executadas de modo a permitir a instalação de antenas de celular.

Proteção - Para evitar abusos aos consumidores, o projeto exige autorização do usuário para que alterações em seu contrato de prestação de serviço passem a ter validade, e obriga as operadoras a fornecer contatos detalhados no seu site na internet, inclusive para celulares pré-pagos.

O texto também proíbe a instituição de prazos de validade dos créditos pré-pagos inferiores a dois anos. Permite, assim, o acúmulo de minutos não usados por até 24 meses.

Após a versão final das propostas ser finalizada e votada pelo grupo de trabalho, elas serão protocoladas e passarão a efetivamente tramitar na Câmara dos Deputados.

Proposta prevê desoneração tributária do setor

A proposta de marco legal para a telefonia prevê uma série de desonerações tributárias para o setor de telecomunicações.

O relator destaca que a carga tributária aplicada ao setor de telecomunicações, que está entre as mais elevadas do mundo, contribuiu para que o Brasil tenha também tarifas e preços altos em comparação com outros países. Para Goergen, porém, esse ponto da proposta poderá gerar resistência tanto do governo federal quanto dos governos estaduais.

O texto apresentado por Goergen isenta do PIS/Pasep e da Cofins os serviços pré-pagos de telefonia celular e a receita das operadoras advinda das tarifas de interconexão de redes de telefonia.

Segundo o deputado, hoje as chamadas realizadas entre operadoras distintas são excessivamente oneradas por essa tarifa de interconexão.

Deputados estimam que, nos últimos 12 meses, fundos setoriais teriam somado R\$ 60 bilhões, que deveriam ter sido investidos na área

Fundos - O projeto também acaba com a contribuição das operadoras ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust); ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel); e ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), caso o governo não comprove a destinação adequada dos recursos arrecadados com os fundos no exercício anterior.

Segundo estimativas do grupo de trabalho, integrado por parlamentares das comissões de Fiscalização Financeira e Controle, e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, nos últimos 12 anos, esses fundos teriam somado cerca de R\$ 60 bilhões.

Só no ano passado, foram arrecadados R\$ 6,3 bilhões. Estima-se que apenas 5% desse total tenha sido investido efetivamente. O restante tem sido utilizado para a formação de superavit primário.

ICMS - Um projeto de lei formulado pelo grupo altera a Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), para prever a possibilidade de as empresas de telecomunicações receberem o crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago na aquisição de energia elétrica.

MINORIAS

Deputados criticam fim de subcomissão

Deputados da Comissão de Cultura reagiram à extinção da Subcomissão de Cultura, Direitos Humanos e Minorias. O fim da subcomissão foi anunciado pela Presidência da Câmara com base no Regimento Interno da Casa e sob o argumento de que o colegiado tratava de assunto mais abrangente do que cultura, e já discutido no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

O presidente da subcomissão, deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), anunciou ações para tentar reverter a decisão. “Trata-se de uma decisão política. Conseguimos as assinaturas dos presidentes das comissões para entrarmos com um recurso e pedir a reversão dessa decisão do presidente. E pautamos a sociedade: as pessoas não podem estar alheias a essas tenebrosas transações que acontecem aqui dentro sob o manto da legalidade e do regimentalismo”. Segundo ele, a subcomissão funciona mais como um fórum político de debates, sem caráter deliberativo.

A subcomissão foi criada em abril e abriga deputados que deixaram a Comissão de Direitos Humanos após a eleição do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para presidi-la.

Precedente - O fim da subcomissão foi pedido à Presidência da Câmara pelo então coordenador da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos (PSDB-GO). “Não podemos admitir esse precedente que hoje afeta a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, mas que, amanhã, certamente afetará outras comissões. Não bastasse constituir uma subcomissão ilegalmente, afrontando o Regimento, os parlamentares já aprovaram uma agenda de trabalho que repercutirá em despesas para esta Casa”, disse Campos. Mesmo que a decisão não seja revista, os deputados da Comissão de Cultura afirmam que os direitos humanos continuarão a ser tema de debate e das articulações do colegiado.

Alexandra Martins



Jean Wyllys: ‘tenebrosas transações’

CIÊNCIA | Empresa de pesquisa foi invadida por ativistas, que libertaram 178 cães

Comissão deverá investigar maus tratos contra animais

A Câmara vai instalar hoje comissão especial para investigar as denúncias de maus tratos contra animais supostamente praticados pelo Instituto Royal, empresa de pesquisa instalada em São Roque, interior de São Paulo. No último fim de semana, o laboratório da empresa foi invadido por grupos de defensores dos animais, que libertaram 178 cães da raça beagle além de outras cobaias científicas.

O deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP) visitou o local e relatou o que viu ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que decidiu criar a comissão. “Eu fiquei chocado. Fezes de animais espalhadas, recipientes com água verde. Cheirava muito mal, dando conta de que aquilo estava muito longe de pesquisa científica.”

Delegado Protógenes afirmou que os métodos de pesquisa com animais são ultrapassados e não existem mais em diversos países. Ele adiantou que, em sua visita ao local, verificou que o laboratório recebe verbas do Ministério de Ciência e Tecnologia. Segundo o deputado, a comissão vai apurar quanto a empresa recebeu, quais os resultados e benefícios dessas pesquisas e se houve maus tratos a ani-



Luis Macedo

Delegado Protógenes: métodos de pesquisa com animais são ultrapassados

mais para sua realização.

Adoção - Coordenador de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) adotou dois beagles que foram encontrados nas ruas próximas da delegacia onde a invasão do laboratório foi registrada. Ele disse que as entidades de defesa de animais já tentavam, há muito tempo, negociar com o Instituto Royal o fim aos maus tratos aos animais, mas que o laboratório resistia às pressões para libertá-los.

Autor de um projeto que pune maus tratos a cães e gatos, Ricardo Tripoli defende um agravamento das penas para crimes contra animais.

“Nós estamos assistindo a barbáries contra os animais em todos os cantos do País. E hoje a pena máxima são três meses de detenção a um ano, podendo ser convertida em penas acessórias, o que, na verdade, não repõe jamais o que é feito contra os animais.”

Interesse público - O Instituto Royal é uma organização de sociedade civil de interesse público, Oscip, credenciada junto ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, órgão do Ministério de Ciência, Tecnologia. A entidade tem que prestar contas sobre as condições em que os animais são mantidos.

HOMENAGEM | O conceito tradicional de família foi um dos pontos destacados por deputados

Valor da família é lembrado em Plenário

A Câmara homenageou com sessão solene o Dia Nacional da Valorização da Família. Pediram a homenagem os deputados Henrique Afonso (PV-AC), Arolde de Oliveira (PSD-RJ) e Esperidião Amin (PP-SC).

De acordo com Henrique Afonso, a desagregação familiar provoca desagregação na sociedade. “Vimos aqui dizer para a sociedade brasileira: não abrimos mão do conceito tradicional de família”, declarou.

“Nossa Nação, que até hoje foi a maior nação cristã abaixo da linha do Equador, começa a tomar outros contornos. Somos conhecidos aí fora como o país do turismo sexual, como o país da violência”, alertou Takayama (PSC-PR).

Núcleo - De acordo com Isaias Silvestre (PSB-MG), “a construção de uma sociedade começa no pequeno núcleo de pai, mãe e filhos”. Para Marcos Rogério (PDT-RO), sem a família não haveria coesão entre os indivíduos, e os grupos humanos se-



Zeca Ribeiro

Deputados acompanham a execução do Hino Nacional, durante a sessão solene

riam “qualquer coisa, menos uma sociedade”. O deputado Anderson Ferreira (PR-PE) destacou o PL 6583/13, de sua autoria, denominado Estatuto da Família, que estabelece, segundo explicou, diretrizes e políticas públicas para a valorização da família.

De acordo com Ronaldo Fonseca (Pros-DF), existe um grupo de “ati-

vistas liberais minoritários” querendo impor um modelo de família “nocivo para a sociedade”. Em pronunciamento encaminhado à solenidade, o presidente Henrique Eduardo Alves disse que é tarefa da família “formar cidadãos eticamente comprometidos com a unidade maior que é o Estado”.



SEGURANÇA | O projeto fixa multas de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil para quem descumprir as normas previstas de instalação

Comissão aprova regras para cercas elétricas

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 3080/08, do ex-deputado Silvinho Peccioli, que estabelece regras para a instalação de cercas elétricas e fixa multas em caso de descumprimento das normas.

Aprovada originalmente pelos deputados em março de 2010, a proposta revista pelos senadores “trouxe poucas, mas relevantes mudanças em relação ao texto da Câmara”, na avaliação do relator na comissão, deputado Roberto Britto (PP-BA).

São os seguintes os requisitos para a instalação de cercas elétricas, conforme o substitutivo:

– o primeiro fio eletrificado de-

verá estar a uma altura compatível com a finalidade da cerca eletrificada – o texto aprovado pela Câmara deixava essa definição a cargo de lei municipal, o que foi retirado pelos senadores;

– em áreas urbanas, deverá ser observada uma altura mínima, a partir do solo, que minimize o risco de choque acidental em moradores e em usuários das vias públicas;

– o equipamento instalado para energizar a cerca deverá prover choque pulsativo em corrente contínua, com amperagem que não seja mortal, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – os senadores retiraram detalhes previstos no texto

original e ressaltaram as normas técnicas já existentes. “Julgamos correta a alteração, visto que, de um lado, impõe o respeito às normas da ABNT e, de outro, evita trazer para a lei regras próprias de regulamentos”, observou Roberto Britto;

– deverão ser fixadas, em lugar visível, em ambos os lados da cerca eletrificada, placas de aviso que alertem sobre o perigo iminente de choque e que contenham símbolos que possibilitem a sua compreensão por pessoas analfabetas;

– a instalação de cercas eletrificadas próximas a recipientes de gás liquefeito de petróleo deve obedecer às normas da ABNT.

Multas - Foram mantidos os va-

lores aprovados anteriormente pela Câmara para as multas previstas – R\$ 5 mil para o proprietário do imóvel infrator, ou síndico, no caso de área comum de condomínio; e de R\$ 10 mil para o responsável técnico pela instalação.

No entanto, em vez de direcionar os montantes arrecadados para que os órgãos competentes de Defesa Civil façam a fiscalização das cercas, os senadores remeteram esses recursos para campanhas de esclarecimento da população sobre temas de interesse da própria Defesa Civil.

Tramitação - O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ENERGIA | Cinco estados serão analisados no debate

Comissão discute execução do programa Luz para Todos

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural discute hoje, às 14h30, a execução do programa Luz para Todos nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará e Rondônia. A audiência será realizada no plenário 6.

O deputado Padre João (PT-MG), um dos que solicitaram a audiência, afirma que em Minas Gerais, por exemplo, ainda existem 80 mil famílias aptas a receber energia segundo os critérios do programa, e que ainda estão sem luz. “Mais do que isso, existem milhares de famílias ainda não cadastradas, dentre elas quilombolas, assentadas e enquadradas no Brasil Sem Miséria”, alertou o parlamentar.

Entre os convidados para o debate estão Aurélio Pavão, da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; o diretor-geral



Falhas apontadas em seis estados

da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Hubner Moreira; o presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho Neto; e o presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Djalma Bastos de Moraes.

DISCURSO

Pedro Uczai destaca iniciativas do governo na educação

O deputado Pedro Uczai (PT-SC) destacou em Plenário o Dia dos Professores, comemorado em 15 de outubro. “Se há um direito fundamental para a cidadania, para a qualidade de vida e para o futuro, é o direito social à escola, é o direito social à educação.” Para Uczai, é preciso reconhecer nos professores o papel central e estratégico para o desenvolvimento da qualidade da educação brasileira.

O deputado elogiou a aprovação do Fundo Social do Petróleo e a destinação dos royalties para educação e saúde e disse que o melhor legado de um governo é a garantia do direito à educação e à profissionalização.

“Se antes tínhamos três milhões de jovens estudando nas universidades e nas faculdades deste País, com os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma já estamos chegando a quase sete milhões. Mas precisamos avançar mais, precisamos que mais jo-



Zeca Ribeiro

Pedro Uczai: mais acesso para jovens

vens tenham direito à universidade, ao ensino superior, a uma profissão.”

Uczai destacou iniciativas como a criação do programas Prouni (Universidade para Todos), Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e do Proies (Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior).

“O Proies permite que as universidades que tenham passivos tributários junto ao governo federal possam retornar 90% em forma de bolsas de estudo, e somente 10% da dívida sejam pagos em moeda corrente ao Executivo. Mais de 60 instituições já aderiram ao programa”, informou.

VIDEOCHAT | Proposta tramita em regime de urgência, a pedido da presidente Dilma, e está pronta para ser votada

Relator debate o marco civil da internet

A Câmara realiza hoje um videochat com o relator do projeto do marco civil da internet, deputado Alessandro Molon (PT-RJ). O evento será transmitido pelo Portal Câmara Notícias e pela TV Câmara, das 11h ao meio-dia.

Qualquer pessoa poderá participar do debate. Basta acessar o link que estará disponível no portal ou encaminhar perguntas para o Disque Câmara (0800 619 619).

Molon ficará na bancada da TV

Câmara com um apresentador, que receberá os questionamentos via internet e os repassará ao vivo para o deputado.

Após as denúncias de espionagem norte-americana contra comunicações de cidadãos e do governo brasileiro, a presidente Dilma Rousseff pediu regime de urgência para a proposta. Se não for votado até o dia 28 de outubro, o projeto passa a trancar a pauta do Plenário.

O ministro da Justiça, José Eduar-

do Cardozo, acredita que o aprimoramento das leis nacionais pode ser um instrumento de defesa da privacidade dos cidadãos e também do Estado. "A proposta de um novo marco civil da internet é uma saída não só para o momento que o Brasil vive, mas para todos os países que querem ter também os seus direitos e a sua soberania garantidos", afirmou o ministro, em audiência na Câmara sobre a espionagem norte-americana.

Feira de Tecnologia - O videochat

faz parte da programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, do Ministério de Ciência e Tecnologia. A Câmara tem um estande na exposição montada no Parque da Cidade, em Brasília, desde ontem até o próximo dia 27.

Nesse estande, além de conhecerem o programa de comunicação com o cidadão, as pessoas poderão utilizar computadores para participar do videochat, enviando sua opinião ou perguntas ao relator.

© varijanta - Fotolia



NEUTRALIDADE DA REDE

É o princípio segundo o qual todas as informações que trafegam na rede devem ser tratadas da mesma forma, navegando na mesma velocidade. Esse princípio prega basicamente a democracia na rede, permitindo acesso igualitário de informações a todos, sem quaisquer interferências no tráfego online. Por essa regra, operadoras são proibidas de cobrar preços diferenciados com base no tipo de conteúdo acessado, e proibidas também de cobrar mais de usuários para garantir velocidade maior.

O marco civil estabelece direitos e deveres dos usuários e dos provedores

Privacidade dos cidadãos é um dos pontos inegociáveis, diz Molon

O deputado Alessandro Molon defende a rápida aprovação da matéria para garantir o acesso democrático à internet e reafirma que alguns pontos de seu relatório são inegociáveis: a privacidade dos cidadãos, a garantia da liberdade de expressão e a neutralidade da rede.

Quais os pontos mais polêmicos?

Alessandro Molon - São basicamente dois. De um lado, está a garantia da neutralidade da rede. As empresas de telefonia querem cobrar mais caro, dependendo de onde venha determinada informação ou do tipo de informação que a gente acessa. Se for voz, querem cobrar um preço; se for música, outro; se for vídeo, outro, e assim por diante. Por

essa razão, nós queremos garantir a neutralidade da rede, o que é bom para o internauta, mas tem a oposição

Lúcio Bernardo Jr.



Alessandro Molon

das empresas de telefonia, que gostariam de poder cobrar mais caro, o que nós proibimos com o marco civil. Por outro lado, outro ponto polêmico é a proteção da privacidade do usuário, já que a gente proíbe uma série de atividades de bisbilhotagem daquilo que nós acessamos para que seja vendido para marketing dire-

cionado. Nós queremos proteger a privacidade do internauta, proibindo que as empresas de telefonia façam isso, e elas mais uma vez ficam contra o projeto, porque entendem que isso vai diminuir os seus lucros. É verdade: vai diminuir os lucros para proteger o internauta.

Há consenso para a votação?

Molon - Não há consenso, mas há um pedido de urgência, o que faz com que o projeto, se não for votado até 28 de outubro, passe a trancar a pauta da Câmara.

Por que a urgência?

Molon - A presidenta Dilma pediu a urgência para dar uma resposta aos escândalos de espionagem, para proteger a privacidade dos mais de 100

milhões de internautas brasileiros e para cobrar que a Câmara vote uma matéria que está há mais de um ano pronta para ser votada, e que é boa para o Brasil.

Qual a importância do videochat de hoje?

Molon - Quanto mais participação, melhor. Nada mais coerente do que, ao fazer uma lei sobre a internet, usar a proória internet para discutir essa lei. Eu espero que todo mundo possa participar do videochat. Nós vamos colher a participação do internauta, ouvir opiniões, responder a perguntas. Enfim, vamos dialogar através da internet sobre o marco civil, que é a primeira lei geral brasileira sobre a internet.

NOS ESTADOS

Divulgação



RO

Marinha Raupp debate em Rondônia combate à violência contra mulher

A deputada Marinha Raupp (PMDB-RO) debateu, em Porto Velho (RO), as ações realizadas por órgãos públicos e organizações não-governamentais no combate à violência contra as mulheres. O encontro foi promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família. “Realizamos essas visitas para identificar os problemas existentes e indicar soluções viáveis para enfrentamento e superação da violência”, disse Marinha.

Divulgação

Francisco Chagas discute rumos da indústria química na Grande São Paulo

SP

A Assembleia Legislativa de São Paulo sediou audiência pública sobre diversificação e regionalização da indústria química. O principal foco do debate foi o desafio de manter investimentos e gerar empregos na Grande São Paulo. O deputado Francisco Chagas (PT-SP) participou da discussão. “Não conseguiremos resolver o problema da mobilidade urbana sem que o emprego esteja próximo do trabalhador”, afirmou.



Divulgação



RJ

Fernando Jordão apoia campanha contra o câncer de mama em Angra dos Reis

Idealizada pelo PMDB Mulher-RJ em 2010, a campanha contra o câncer de mama “Entre de Peito Nesta Luta” é referência para diversas ações neste mês de outubro. Em Angra dos Reis, a organização do evento foi iniciativa da coordenadora na região, Lívia Oliveira. O deputado Fernando Jordão (PMDB-RJ) esteve presente ao evento e disse o quanto é importante a campanha de conscientização e prevenção.

Divulgação

Fábio Reis acompanha desfile de escolas e participa de cavalgada em Sergipe

SE

O deputado Fábio Reis (PMDB-SE) participou de diversas atividades no município de Lagarto no fim de semana. No domingo, o parlamentar acompanhou o desfile das escolas do povoado Olhos D'Água, ao lado do prefeito Lila e dos vereadores Jocelmo e Cláudio. No fim da tarde, participou da cavalgada realizada no povoado de Urubatinga e, no mesmo dia à noite, esteve em encontro com representantes dos desbravadores da igreja adventista.



Divulgação



MS

Geraldo Resende participa de vitórias e entrega de obras em Amambai (MS)

O deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) participou da entrega de um pacote de obras na cidade de Amambai (MS). A solenidade ocorreu na sexta-feira (18). Foram entregues 29 unidades habitacionais do residencial Vila Mangay e vistoriadas as ações que estão sendo realizadas no município. Houve ainda visitas às obras de construção dos laboratórios profissionalizantes da Escola Estadual Coronel Felipe de Brum e de construção da Escola Estadual Dom Aquino, fruto de trabalho do parlamentar e do governo do estado junto ao FNDE.

Divulgação

Dr. Carlos Alberto se reúne com prefeito de Belford Roxo (RJ)

RJ

O deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ), líder do PMN, esteve no município de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, para visitar o prefeito Dennis Dauttman. O parlamentar estava acompanhado da presidente estadual do PMN, Graça Lara, e do presidente do partido no município, Alexandre Miguel, para, segundo disse, colocar-se “à disposição do prefeito a fim de atender às necessidades da população da cidade.

